

AGENTE DE TRIBUTOS ESTADUAIS ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de prova a folha de respostas e um caderno de textos destinado à resposta definitiva da questão discursiva.



TEMPO

- Você dispõe de **6 (seis) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas e preenchimento da folha de textos definitivos.
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de provas está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas e a folha de textos definitivos.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento da sua folha de respostas e da folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida a troca da folha de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Leia com atenção os segmentos argumentativos a seguir.

Assinale a opção que apresenta uma argumentação subjetiva.

- (A) A primeira causa de mortes de jovens na Espanha são os acidentes de trânsito, já que cada ano morrem cerca de 1400 jovens entre 15 e 29 anos.
- (B) Esse é um filme tecnicamente perfeito, mas o roteiro não é original nem me emociona.
- (C) Já se comprovou que cerca de 44% das pessoas consultam seu celular assim que se levantam.
- (D) Se a mesa tem 1 metro e meio de comprimento, não a podemos colocar no salão, pois só há um metro de espaço livre.
- (E) Você não deve preocupar-se com esta prova; a maior parte dos candidatos é aprovada.

2

Assinale a opção que indica a frase que **não** mostra nenhuma tomada de posição do enunciador.

- (A) Desconhece-se o resultado da pesquisa feita em São Paulo.
- (B) Esse cão é o animal mais afetuoso que conheço.
- (C) É preciso ser doido para não ver que isso degrada a paisagem.
- (D) Pessoalmente, não me sinto atraído por essa discussão.
- (E) O importante é que saibamos como é difícil chegar ao resultado.

3

“O melhor colégio de Salvador é, sem dúvida, o de meu filho, pois é o que possui melhores condições de ensino”.

Nesse raciocínio, a **falha** de raciocínio argumentativo é identificada como

- (A) generalização excessiva.
- (B) círculo vicioso.
- (C) falsa analogia.
- (D) simplificação exagerada.
- (E) argumento autoritário.

4

Observe o seguinte silogismo:

“*Todos os cientistas são meio amalucados / Meu irmão é amalucado / Meu irmão é cientista.*”

Evidentemente, a conclusão desse raciocínio é falsa; o problema desse silogismo é que

- (A) a primeira premissa é falsa.
- (B) a segunda premissa mostra ambiguidade; a segunda premissa mostra ambiguidade.
- (C) a conclusão não deriva das premissas.
- (D) o posicionamento dos termos está errado.
- (E) a segunda premissa está desconectada da primeira.

5

Quanto aos sentidos em que se baseiam as descrições, assinale a opção que indica o texto que mostra essa identificação de forma correta.

- (A) “De uma mesa distante, a única ocupada, ainda vinha o ruído de vozes de homens. Uma gargalhada rebentou sonora em meio do vozerio exaltado.” / predominantemente, descrição visual.
- (B) “Deitado, ele beliscou dois ou três grãos. Chupou o sumo azedo, deixou cair a casca no prato. Apanhou outro bago, mais doce.” / exclusivamente, descrição tátil.
- (C) “Nas Barcas, os armazéns tresandavam a lixo e peixe podre, as latas vazias de óleo, como cheiro de homens esfarrapados.” / descrição olfativa e gustativa.
- (D) “O pai comprou o sapato dois números maior... Enfiou no pé frio o sapato branco de tênis. Ao pentear-lhe o louro cabelo, a cabeça ainda em fogo.” / descrição visual e tátil.
- (E) “Examinou a sala. Na extremidade da mesa, um homenzinho escrevendo. No momento em que o Doutor Silveira se certificava disso, o personagem soltou a pena, mostrou uns olhos empapuçados e deixou escapar um gesto de repugnância.” / descrição visual e auditiva.

6

As preposições têm dois valores básicos: podem ter *valor gramatical*, quando são exigidas por um termo anterior, com presença obrigatória, e *valor nocional*, quando são empregadas para acrescentar alguma informação ao texto.

Assinale a opção que mostra a frase em que a preposição **de** mostra *valor nocional*.

- (A) Homem é como peça **de** avião. Sempre que gasta precisa ser logo trocado.
- (B) O puritanismo é o temor espantoso **de** que alguém possa ser feliz em alguma parte.
- (C) Não há maior prova **de** ignorância do que acreditar que o inexplicável é impossível.
- (D) Não é preciso muito para ser um produtor **de** coelhos.
- (E) Homem algum precisa apenas **de** um pequeno salário.

7

Todas as frases a seguir mostram dois segmentos sublinhados; assinale a opção que apresenta a frase em que a troca de posição desses segmentos traz *inadequação*.

- (A) Não é fácil ganhar pouco e trabalhar muito.
- (B) Ele conhece todo o universo e não se conhece.
- (C) Desde o começo é mais cômodo saber pouco do que saber muito.
- (D) Quem erra a primeira casa do botão não conseguirá abotoar-se.
- (E) O que não se compreende não se possui.

Direito Constitucional

8

João, cientista político brasileiro, é ferrenho defensor da forma de governo monárquica e das ideias do Partido Político Alfa, que defende essa forma de governo. Por tal razão, é infenso à organização das estruturas estatais de poder com base em ideais republicanos, especialmente em relação à forma de provimento dos cargos afetos à Chefia do Poder Executivo nas distintas esferas de governo. Ao ser editada a Lei federal nº XX, que impôs à generalidade dos adultos, excetuados aqueles que apresentassem algum óbice de ordem física ou psíquica, a obrigação de desempenhar determinada atividade de interesse público em um curto período de tempo, João redigiu um alentado manifesto e negou-se a cumprir a obrigação legal.

Nessa situação, João agiu de modo

- (A) lícito, mas deve cumprir a prestação alternativa que estiver fixada em lei.
- (B) ilícito, pois ninguém pode deixar de cumprir obrigação legal de caráter geral.
- (C) lícito, pois ninguém pode ser compelido a exercer uma função pública contra a sua vontade.
- (D) ilícito, pois apenas por motivo de crença religiosa poderia deixar de cumprir obrigação legal de caráter geral.
- (E) lícito, pois a todos é assegurado o direito de não cumprir obrigação legal de caráter geral, desde que seja cumprida prestação alternativa fixada em regulamento.

9

John, cuja nacionalidade originária é austríaca, adquiriu a nacionalidade brasileira após regular processo de naturalização. Como pretendia concorrer a um cargo eletivo nas próximas eleições, a serem realizadas em alguns meses, solicitou a sua filiação a um partido político. Para a surpresa de John, a filiação foi negada sob o argumento de que ele não é e, pelas informações colhidas, não pode se tornar cidadão em razão de óbice constitucional.

À luz da narrativa apresentada, é correto afirmar que o entendimento do partido político

- (A) pode estar certo, se John for analfabeto.
- (B) pode estar certo, se John não tiver domicílio eleitoral no Brasil.
- (C) está errado, pois, pelos dados da narrativa, John já é cidadão brasileiro.
- (D) pode estar certo, se John for conscrito, durante o período de serviço militar obrigatório.
- (E) está certo, pois a dupla nacionalidade impede que John adquira a cidadania brasileira.

10

Maria, vereadora do Município Alfa, solicitou que sua assessoria analisasse a compatibilidade, com a ordem constitucional, de eventual projeto de lei que estabelecesse uma disciplina específica para os contratos de compra e venda de banana, o que derivava da elevada produção local, dos períodos de entressafra e da forma específica de comercialização no território do Município, no qual era comum a realização de trocas, sem a utilização da moeda nacional.

A assessoria respondeu corretamente que eventual projeto de lei seria

- (A) constitucional, desde que sejam observadas as normas gerais editadas pela União.
- (B) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria.
- (C) inconstitucional, pois compete concorrentemente à União e ao Estado legislar sobre a matéria.
- (D) constitucional, desde que o Município se limite a suplementar as normas editadas pela União e pelo Estado.
- (E) constitucional, pois se trata de assunto de interesse local, o que atrai a competência legislativa do Município.

11

A Fundação de direito privado Alfa, cujo objetivo estatutário é a pesquisa e a manipulação de material genético, foi notificada de que, em determinado dia, fiscais vinculados ao ente competente compareceriam em sua sede, para fiscalizar não suas instalações ou seus documentos contábeis, mas, especificamente, a forma como suas atividades finalísticas eram desenvolvidas.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que essa fiscalização é

- (A) ilícita, pois afronta a liberdade de pesquisa científica e o sigilo assegurado nas descobertas que sejam realizadas.
- (B) ilícita, pois a livre iniciativa não compactua com o exercício do poder de polícia sem a notícia da prática de ilícito.
- (C) lícita, pois a fiscalização de atividades dessa natureza é uma imposição constitucional.
- (D) ilícita, pois a cultura e suas distintas formas de projeção devem ser fomentadas e protegidas, não tolhidas com uma fiscalização dessa natureza.
- (E) lícita, já que compete ao Poder Público regulamentar e fiscalizar, em caráter contínuo, todas as atividades privadas, independentemente de sua natureza.

12

Após o falecimento de João, servidor público estadual, Joana, que com ele vivera em união por quase dez anos, com aparência de família, compareceu perante a autoridade estadual competente e requereu o recebimento da pensão por morte. Para sua surpresa, o requerimento foi indeferido, sob o argumento de que João era casado, situação constituída em momento anterior ao início da união com Joana, e a esposa, com a qual convivia de modo simultâneo, estava recebendo o referido benefício previdenciário.

Irresignada com a situação, Joana procurou um advogado, sendo-lhe corretamente informado que, em harmonia com a sistemática constitucional afeta à família, ela

- (A) tem direitos idênticos à esposa, de modo que o benefício deve ser dividido entre ambas.
- (B) tem o direito de receber a integralidade do benefício, pois a aparência de família supera o formalismo do casamento.
- (C) não tem direito ao benefício, pois o concubinato não pode ser equiparado, para fins de proteção estatal, ao casamento.
- (D) não tem direito ao benefício, pois a ordem constitucional somente reconhece direitos nas uniões afetivas decorrentes do casamento.
- (E) tem o direito de receber o benefício na forma que dispuser a lei, pois a ordem constitucional dispõe que a união estável deve ser protegida nos termos da lei.

Direito Administrativo

13

José, Prefeito do Município Alfa, em maio de 2022, de forma dolosa, concedeu benefício fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie. Agindo dessa forma, em tese, José, de acordo com a atual redação da Lei de Improbidade Administrativa,

- (A) não praticou ato de improbidade, diante da ausência de expressa previsão legal, desde a edição originária da Lei de Improbidade.
- (B) não praticou ato de improbidade, diante da revogação da norma que definia a conduta narrada como ato típico de improbidade.
- (C) praticou ato de improbidade, entre cujas sanções está a suspensão dos direitos políticos por até 12 (doze) anos.
- (D) praticou ato de improbidade, entre cujas sanções está a proibição de contratar com o poder público, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos.
- (E) praticou ato de improbidade, entre cujas sanções está a proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais, direta ou indiretamente, por prazo não superior a 14 (catorze) anos.

14

Governador do Estado Alfa nomeou João, que conta com 76 anos, para exercer cargo exclusivamente em comissão de Diretor em certo departamento da Secretaria Estadual de Fazenda.

Um mês após a nomeação, a Controladoria Geral do Estado recebeu representação solicitando a imediata nulidade do ato, haja vista que João possui idade superior àquela da aposentadoria compulsória prevista na Constituição da República.

No caso em tela, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, a representação

- (A) não merece prosperar, pois a idade para aposentadoria compulsória ou exoneração de ocupantes de cargos em comissão é de 80 anos.
- (B) não merece prosperar, pois servidores ocupantes de cargo exclusivamente em comissão não se submetem à regra da aposentadoria compulsória.
- (C) merece prosperar, pois a Constituição da República prevê aposentadoria compulsória aos 70 anos para todos os servidores.
- (D) merece prosperar, pois a Constituição da República prevê aposentadoria compulsória aos 75 anos, na forma da lei complementar, aplicável a cargos em comissão.
- (E) merece prosperar, pois a Constituição da República prevê aposentadoria compulsória aos 75 anos para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e 70 anos para os demais servidores, aplicável a cargos em comissão.

15

Em matéria de serviços públicos, de acordo com a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, caso o poder público queira delegar sua execução para o delegado, é correto afirmar que o implemento de transporte público coletivo

- (A) pressupõe prévia licitação, salvo situações excepcionais, devidamente comprovadas.
- (B) pressupõe prévia licitação, sempre na modalidade diálogo competitivo ou leilão.
- (C) não pressupõe prévia licitação, exceto quando se tratar de permissão.
- (D) não pressupõe prévia licitação, exceto quando se tratar de contrato com prazo superior a 10 (dez) anos.
- (E) pressupõe prévia e imprescindível licitação, apenas quando se tratar de contrato com prazo superior a 15 (quinze) anos.

16

A empresa pública estadual Alfa, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, exerce exclusivamente atividade econômica sem monopólio e com finalidade de lucro. A referida estatal foi condenada com sentença transitada em julgado a pagar o valor de quatrocentos mil reais ao cidadão João. Iniciada a fase de cumprimento de sentença, a empresa pública Alfa apresentou ao juízo requerimento de adoção do regime de precatório.

Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o pleito da estatal

- (A) merece prosperar, pois se aplica o regime de precatório, que é prerrogativa exclusiva e inerente a todos os entes da Administração Direta e Indireta.
- (B) merece prosperar, pois se aplica o regime de precatório, que é prerrogativa exclusiva e inerente a todos os entes que ostentam personalidade jurídica de direito público, como é o caso da estatal Alfa.
- (C) não merece prosperar, pois não se aplica o regime de precatório, que é prerrogativa exclusiva dos entes da Administração Direta e Indireta com personalidade jurídica de direito público.
- (D) não merece prosperar, pois não se aplica o regime de precatório, que é prerrogativa exclusiva dos entes da Administração Direta, que possuem personalidade jurídica de direito público.
- (E) não merece prosperar, pois não se aplica o regime de precatório, pois se trata de estatal exploradora de atividade econômica sem monopólio e com finalidade de lucro, sendo certo que a estatal ostenta personalidade jurídica de direito privado.

17

Em matéria de controle da Administração Pública, extrai-se do texto constitucional que o controle externo, a cargo do Poder Legislativo, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, ao qual compete

- (A) apreciar as contas prestadas semestralmente pelo chefe do Poder Executivo, mediante parecer prévio, que vincula o julgamento dessas contas pelo Poder Legislativo.
- (B) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade, e, descumprida a ordem, condenar o gestor omissor à suspensão dos direitos políticos por até 8 (oito) anos e ressarcimento pelos danos causados ao erário.
- (C) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, suspensão dos direitos políticos por até 5 (cinco) anos e ressarcimento pelos danos causados ao erário.
- (D) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta, mas não da administração indireta, e as contas daqueles que derem causa à perda, ao extravio ou a outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- (E) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

Direito Tributário

18

Sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo de impostos e contribuições e tendo como base as decisões mais recentes do Supremo Tribunal Federal – STF, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para a falsa.

- () É constitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB.
- () É constitucional a inclusão do valor do ICMS na sua própria base de cálculo.
- () O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) F – F – V.
- (C) V – F – V.
- (D) V – V – V.
- (E) F – V – F.

19

O Estado X publicou uma lei que determina a isenção de IPVA para os proprietários de veículos automotores com deficiência auditiva que estejam aposentados, desde que comprovada a deficiência por meio de junta médica oficial.

Sobre a hipótese descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os proprietários de veículos com deficiência motora, visual ou mental, por analogia, poderão requerer a extensão do benefício fiscal, ainda que estejam no exercício de atividade laboral.
- (B) A referida lei deve ser interpretada literalmente. Portanto, somente aqueles com deficiência auditiva e que sejam aposentados poderão se beneficiar da isenção.
- (C) É possível a interpretação extensiva da referida norma para beneficiar o deficiente auditivo, ainda que se encontre no exercício de atividade laboral.
- (D) A referida norma é inconstitucional por violar o princípio da isonomia tributária.
- (E) Em razão do princípio da justiça social, a interpretação da lei tributária deve ser extensiva a toda e qualquer pessoa deficiente, seja ela visual, auditiva, motora ou mental, que esteja aposentada.

20

Sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público, assinale a afirmativa correta.

- (A) Incide ICMS sobre o fornecimento, por se tratar de prestação de serviço não compreendido na competência tributária dos Municípios.
- (B) Não incide ICMS sobre o fornecimento, pois há imunidade tributária das concessionárias de serviço público.
- (C) Não incide ICMS sobre o fornecimento, pois as águas são bens públicos e não podem ser exploradas por particulares, não se caracterizando uma operação de circulação de mercadorias.
- (D) Incide ICMS sobre tal fornecimento, por ser a água canalizada um bem dotado de valor econômico, já que sofre tratamento químico necessário para consumo.
- (E) Somente incide ICMS sobre tal fornecimento se o tratamento e a canalização da água forem comprovados pela concessionária de serviço público; caso contrário, a água não poderá sofrer incidência do ICMS, por ser a água, em seu estado bruto, um bem público.

21

Considere que a União, por meio de decreto do Presidente da República, publicado em abril deste ano, majorou a alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) de diversos produtos, nos limites estabelecidos em lei. A referida alteração entrou em vigor 30 (trinta) dias após a publicação do decreto.

Sobre a hipótese descrita, considerados os princípios gerais tributários, assinale a afirmativa correta.

- (A) Houve violação aos princípios da anterioridade anual, da anterioridade nonagesimal e da legalidade.
- (B) Houve violação ao princípio da anterioridade anual; o IPI não se submete ao princípio da anterioridade nonagesimal; e não há violação ao princípio da legalidade.
- (C) O IPI não se submete à anterioridade anual; houve violação ao princípio da anterioridade nonagesimal; e não há violação ao princípio da legalidade.
- (D) O IPI não se submete ao princípio da anterioridade anual; houve violação aos princípios da anterioridade nonagesimal e da legalidade.
- (E) O IPI não se submete aos princípios da anterioridade anual e nonagesimal; e não há violação ao princípio da legalidade.

22

Sobre a obrigação tributária, à luz da legislação e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, analise as afirmativas a seguir.

- I. A obrigação acessória, prevista na legislação tributária, tem caráter autônomo em relação à regra matriz de incidência do tributo, pois vincula, inclusive, o sujeito passivo que não seja contribuinte do tributo ou que inexistente a hipótese de incidência tributária, desde que observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
- II. O artigo do CTN que permite à autoridade administrativa desconsiderar negócio jurídico praticado com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo, observados os procedimentos legais a serem estabelecidos, foi considerado constitucional pelo STF.
- III. Não é legítima a tributação sobre operações ou atividades ilícitas, decorrentes da interpretação com abstração da validade jurídica dos atos praticados pelo contribuinte, de seu objeto ou de seus efeitos, na definição do fato gerador.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

Contabilidade Geral

23

Uma fábrica instalou um filtro por exigência de uma entidade governamental de controle ambiental. O item comprado é fundamental para a continuidade da atividade da fábrica.

Assinale a opção que indica a contabilização dos gastos com o filtro nas demonstrações contábeis da fábrica e o motivo para a contabilização.

- (A) Despesa operacional; não há aumento na vida útil da fábrica.
- (B) Despesa operacional; não há aumento direto na geração de benefícios econômicos futuros.
- (C) Outras despesas operacionais; não há relação direta com o processo produtivo.
- (D) Ativo Imobilizado; há aumento direto na geração de benefícios econômicos futuros.
- (E) Ativo Imobilizado; há criação de condições para a obtenção de benefícios econômicos futuros por outros ativos.

24

Uma sociedade empresária adquiriu computadores para utilizar em seus negócios. Na data da aquisição, o preço dos computadores era de R\$30.000, com pagamento em doze meses. Como a sociedade empresária realizou o pagamento à vista, pagou R\$28.000. O pagamento do valor e o recebimento dos computadores foram feitos em 10/01/X0.

Assinale a opção que indica o lançamento contábil realizado pela sociedade empresária nesta data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado.

- (A) D - Computadores R\$28.000
C - Caixa R\$28.000
- (B) D - Computadores R\$28.000
D - Desconto obtido R\$2.000
C - Caixa R\$28.000
C - Receita financeira R\$2.000
- (C) D - Computadores R\$30.000
C - Juros a incorrer R\$2.000
C - Caixa R\$28.000
- (D) D - Computadores R\$30.000
C - Desconto obtido R\$2.000
C - Caixa R\$28.000
- (E) D - Computadores R\$30.000
C - Receita financeira R\$2.000
C - Caixa R\$28.000

25

A companhia aérea X faz viagens em parceria com a companhia aérea Y. Em janeiro de X0, alguns passageiros entraram na justiça contra elas. Os advogados das companhias julgaram que a perda era provável, estimando o montante de R\$40.000.

A Cia. X e a Cia. Y combinaram que seriam responsáveis pela obrigação de modo conjunto e solidário, de modo que cada uma arcaria com metade do valor.

Assinale a opção que indica a contabilização do fato nas demonstrações contábeis da Cia. X.

- (A) Passivo contingente: R\$40.000
- (B) Provisão para contingências: R\$40.000
- (C) Provisão para contingências: R\$20.000 e passivo contingente: R\$20.000
- (D) Passivo contingente: R\$20.000, apenas.
- (E) Provisão para contingências: R\$20.000, apenas.

26

Em relação ao reconhecimento do ajuste a valor presente de uma conta a receber no balanço patrimonial de uma entidade, assinale a afirmativa correta.

- (A) Incorre apenas quando a conta é de curto prazo.
- (B) Incorre apenas quando a conta é de longo prazo
- (C) Incorre apenas quando refletir efeito relevante.
- (D) Incorre em todas as contas de curto e de longo prazo.
- (E) Incorre em todas as contas de longo prazo e apenas nas de curto prazo que refletem efeito relevante.

27

O Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, inclui os critérios que devem ser atendidos para que haja contabilização da receita na Demonstração do Resultado do Exercício de uma entidade.

As opções a seguir apresentam alguns desses critérios, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A entidade pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos.
- (B) A entidade pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos.
- (C) O contrato possui substância comercial, de modo que é esperado que o risco, à época, ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato.
- (D) Há prestação do serviço ou entrega do bem ao cliente, independente da capacidade de recebimento do montante correspondente.
- (E) As partes do contrato aprovam o contrato, por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios, e estão comprometidas em cumprir as suas respectivas obrigações.

Estatística

28

Uma variável aleatória discreta X tem a seguinte distribuição de probabilidades:

x	1	3	5	10
p(x)	0,1	0,2	0,3	0,4

A média de X é igual a

- (A) 3,5.
- (B) 4,0.
- (C) 5,4.
- (D) 6,2.
- (E) 7,0.

29

Planeja-se selecionar quatro pessoas, com reposição, de uma pequena população composta por vinte pessoas, das quais dez foram acometidas por certa doença.

Se X é a variável aleatória que contará o número de pessoas, dentre as quatro, que foram acometidas pela referida doença, então a probabilidade de X ser igual a 2 é igual a

- (A) 0,375.
- (B) 0,425.
- (C) 0,475.
- (D) 0,5.
- (E) 0,525.

30

Acerca da distribuição de probabilidades de uma variável aleatória X normalmente distribuída com média μ e variância σ^2 , avalie as afirmativas a seguir.

- I. A variável $Z = (X - \mu)/\sigma$ tem distribuição normal padrão.
- II. Se M é a mediana de X, então $M > \mu$.
- III. $P[X > \mu] = 0,5$.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

31

Suponha que uma variável aleatória populacional X pode ser suposta normalmente distribuída com média μ desconhecida e variância σ^2 conhecida.

Se uma amostra aleatória de tamanho n for obtida, e se \bar{x} é o valor observado da média amostral, então um intervalo de 95% de confiança para μ será dado por

- (A) $(\bar{x} - 1,96\sigma/n; \bar{x} + 1,96\sigma/n)$
- (B) $(\bar{x} - 1,96/\sqrt{n}; \bar{x} + 1,96/\sqrt{n})$
- (C) $(\bar{x} - 1,96\sqrt{n}; \bar{x} + 1,96\sqrt{n})$
- (D) $(\bar{x} - 1,96\sigma^2/\sqrt{n}; \bar{x} + 1,96\sigma^2/\sqrt{n})$
- (E) $(\bar{x} - 1,96\sigma/\sqrt{n}; \bar{x} + 1,96\sigma/\sqrt{n})$

32

Uma amostra aleatória simples X_1, X_2, X_3, X_4 , de tamanho 4, será obtida de uma distribuição de probabilidades populacional com média μ e variância σ^2 .

Considere que o seguinte estimador de μ será usado

$$\bar{X} = (X_1 + X_2 + X_3 + X_4)/4.$$

A média e a variância de \bar{X} valem, respectivamente,

- (A) μ e $\sigma^2/2$.
- (B) $\mu/2$ e $\sigma^2/4$.
- (C) $\mu/4$ e $\sigma^2/4$.
- (D) μ e $\sigma^2/4$.
- (E) 2μ e σ^2 .

Noções de Igualdade Racial

33

Maria e João, estudiosos do Estatuto da Igualdade Racial, travaram intenso debate a respeito das denominadas ações afirmativas. Maria entendia que essas ações eram da alçada do Poder Público e da iniciativa privada, tendo por objetivo sedimentar a igualdade formal. João, por sua vez, defendia que essas ações eram da alçada exclusiva do Poder Público e almejavam construir a igualdade material, ainda que em detrimento da igualdade formal.

À luz da sistemática estabelecida na Lei nº 12.288/2010,

- (A) João está totalmente certo.
- (B) Maria está totalmente certa.
- (C) Maria está parcialmente errada, pois as ações afirmativas são da alçada exclusiva do Poder Público.
- (D) João está parcialmente errado, pois as ações afirmativas também são da alçada da iniciativa privada.
- (E) João está parcialmente errado, pois a igualdade formal, alicerce do Estado de Direito, não pode ser afastada.

34

Joana, que se encontrava em situação de violência doméstica e familiar, foi incluída em um programa assistencial do governo do Estado Beta, tendo mudado de residência. Por temer que o seu ex-companheiro a procurasse no local de trabalho, considerando o histórico de perseguições, Joana solicitou ao juízo competente que assegurasse a manutenção do seu vínculo trabalhista, por seis meses, de modo que pudesse se afastar do local de trabalho.

Considerando a sistemática estabelecida na Lei Maria da Penha, o requerimento de Joana

- (A) não pode ser atendido, por ser manifestamente atentatório à livre iniciativa.
- (B) não pode ser atendido, por estabelecer uma estabilidade não amparada em lei.
- (C) pode ser atendido, considerando estar em harmonia com os balizamentos legais.
- (D) não pode ser atendido, pois Joana foi incluída em programa assistencial estadual, não federal.
- (E) pode ser atendido, mas o vínculo trabalhista somente pode ser mantido pelo lapso temporal máximo de três meses.

35

José, após longa apuração, foi acusado pelo Ministério Público da prática do crime de tortura no exercício de suas funções públicas. Considerando a robustez das provas existentes, consultou o seu advogado a respeito das consequências de eventual condenação criminal, mais especificamente em relação à sua situação funcional, pois ocupava cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Executivo do Estado Alfa.

O advogado respondeu corretamente que, ante os termos da Lei nº 9.455/1997, José

- (A) deve perder o cargo de provimento efetivo e não mais poderá ingressar no serviço público, mesmo após o período de cinco anos de reabilitação penal.
- (B) ficará suspenso do cargo de provimento efetivo durante o período de cumprimento da pena, não tendo direito à remuneração correspondente.
- (C) deve perder o cargo de provimento efetivo, mas não há óbice a que reingresse no serviço público, a qualquer tempo, caso preencha os requisitos exigidos.
- (D) deve perder o cargo de provimento efetivo, e sofrerá a interdição para o exercício de cargo, função ou emprego público pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- (E) terá a sua situação funcional apreciada pela autoridade administrativa competente, que somente não aplicará a sanção de perda do cargo se houver bons antecedentes.

Legislação Tributária do Estado da Bahia

36

Com relação às hipóteses de incidência do ICMS previstas na legislação tributária do Estado da Bahia, analise as afirmativas a seguir.

- I. O ICMS incide sobre o fornecimento de mercadoria com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- II. O ICMS incide sobre operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia, quando da transmissão de domínio feita pelo devedor fiduciante em favor do credor fiduciário.
- III. O ICMS incide sobre as operações interestaduais relativas à energia elétrica, quando destinadas à industrialização.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

37

O Estado da Bahia verificou, em uma fiscalização de rotina, a existência de saldo credor de caixa em sociedade empresária contribuinte do ICMS no Estado.

Com relação à fiscalização descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Estado determinará o imediato fechamento da sociedade empresária, após ouvidos os contadores e administradores.
- (B) O Estado deve presumir a ocorrência de operação tributável sem pagamento do ICMS, podendo o contribuinte provar o contrário.
- (C) O Estado nada fará, visto que não foi verificado descumprimento de obrigação principal e/ou acessória por parte da sociedade empresária.
- (D) O Estado deverá calcular a restituição do valor do ICMS pago a maior.
- (E) O Estado deverá calcular o valor do crédito presumido a ser compensado.

38

A legislação do ICMS prevê as hipóteses de sujeição passiva do imposto. O contribuinte é aquele diretamente ligado ao fato gerador do ICMS, realizando operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços. Existem também aqueles que, por expressa previsão legal, são responsáveis pelo recolhimento do imposto.

Nesse sentido, na forma da legislação tributária do Estado da Bahia, são solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto e demais acréscimos legais devidos pelo contribuinte de direito,

- (A) o importador da mercadoria do exterior em relação ao remetente.
- (B) a cooperativa em relação aos cooperados.
- (C) o prestador de serviço de transporte interestadual em relação ao passageiro.
- (D) o adquirente de bem em licitação, apreendido ou abandonado, em relação ao antigo proprietário.
- (E) os transportadores em relação às mercadorias que forem negociadas no território baiano durante o transporte.

39

Com relação às infrações e penalidades relativas ao ICMS, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Contribuinte que deixar de recolher, no vencimento, o imposto retido, em razão de substituição tributária, está sujeito ao regime especial de fiscalização e pagamento.
- () O contribuinte que for declarado devedor contumaz cumprirá todas as penalidades previstas durante o período de 12 (doze) meses; findo o prazo, as penalidades serão suspensas.
- () A cassação do regime especial para emissão de documento fiscal constitui penalidade aplicada em razão da infração à legislação do ICMS.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – V.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

40

Em relação ao regime de substituição tributária do ICMS no Estado da Bahia, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não cabe pedido de restituição da diferença do valor do ICMS pago a maior no regime de substituição tributária se o valor da base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.
- (B) Nas operações interestaduais, a adoção do regime de substituição tributária depende de acordo específico para este fim celebrado entre o Estado da Bahia e as unidades da Federação interessadas.
- (C) É vedado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, se o fato gerador presumido não se realizar.
- (D) Na substituição tributária, a base de cálculo presumida, relativa às operações subsequentes, deve ser calculada considerando o valor da operação anterior acrescido de 50% (cinquenta por cento).
- (E) Ocorre a substituição tributária por diferimento quando o lançamento e o pagamento incidente sobre uma operação subsequente do ICMS são recolhidos de forma antecipada.

41

O Simples Nacional é um regime especial tributário destinado às microempresas e às empresas de pequeno porte.

No que se refere aos limites e vedações do Simples Nacional, assinale a afirmativa correta.

- (A) Poderá optar pelo Simples Nacional a pessoa jurídica de cujo capital participe outra pessoa jurídica, desde que sua receita bruta seja inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).
- (B) Caso determinada empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional passe a ser constituída sob a forma de ações será excluída do tratamento jurídico diferenciado do Simples Nacional, com efeitos retroativos ao início de suas atividades.
- (C) Não constitui óbice à adesão ao Simples Nacional a existência de débito pendentes com o INSS, com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, em razão do princípio da isonomia tributária.
- (D) As micro e pequenas cervejarias não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, em razão da vedação da adesão de empresas que exerçam atividade de produção de bebidas alcoólicas.
- (E) A opção pelo Simples Nacional da pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e empresa de pequeno porte é irratável para todo o ano-calendário.

42

Com relação ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal do IRPJ, do IPI, da CSLL, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição Patronal Previdenciária para a Seguridade Social, do ICMS e do ISS.
- II. O recolhimento mensal do Simples Nacional não exclui a incidência do ICMS devido nas operações sujeitas ao regime de substituição tributária.
- III. A pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional fica dispensada do pagamento das demais contribuições, instituídas pela União, não previstas no recolhimento mensal do Simples Nacional.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

43

A Lei Complementar Federal nº 123/2006 prevê um regime ainda mais simplificado de recolhimento de impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional aos Microempreendedores Individuais (MEI).

Sobre o regime de arrecadação instituído para o MEI, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O Empresário Individual que possua mais de um estabelecimento não poderá optar pelo regime especial em valores fixos.
- () O MEI é modalidade de microempresa.
- () O MEI constituído na forma de *startup* poderá optar pela sistemática de recolhimento em valores fixos mensais.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – F.
- (C) F – V – V.
- (D) F – V – F.
- (E) F – F – V.

44

A sociedade empresária X optou pela sistemática de apuração e recolhimento simplificado do Simples Nacional e auferiu receita bruta de

- (i) R\$ 350.000,00, no ano-calendário de 2018;
- (ii) R\$ 1.500.000,00, no ano-calendário de 2019;
- (iii) R\$ 4.500.000,00, no ano-calendário de 2020; e
- (iv) R\$ 6.500.000,00, no ano-calendário de 2021.

Sobre a hipótese descrita e considerando o total de receita bruta auferida no ano-calendário, assinale a afirmativa correta.

- (A) A receita bruta auferida em 2018 enquadra a sociedade empresária X como microempresa, mantendo-se em 2019; em 2020 foi reenquadrada como empresa de pequeno porte; e em 2021, no mês subsequente à ocorrência do excesso, foi excluída do Simples Nacional.
- (B) A receita bruta auferida em 2018 enquadra a sociedade empresária X como empresa de pequeno porte, mantendo-se em 2019 e 2020; sendo excluída do Simples Nacional em 2021, no mês subsequente à ocorrência do excesso.
- (C) A receita bruta auferida em 2018 enquadra a sociedade empresária X como microempresa; em 2019 foi reenquadrada como empresa de pequeno porte, mantendo-se em 2020; e em 2021, no mês subsequente à ocorrência do excesso, foi excluída do Simples Nacional.
- (D) A receita bruta auferida em 2018 enquadra a sociedade empresária X como microempresa; em 2019 foi reenquadrada como empresa de pequeno porte; e em 2020, no mês no subsequente à ocorrência do excesso, foi excluída do Simples Nacional, mantendo-se a exclusão no ano seguinte.
- (E) A receita bruta auferida em 2018 enquadra a sociedade empresária X como microempresa; em 2019 foi reenquadrada como empresa de pequeno porte, mantendo-se em 2020 e 2021.

45

Nas aquisições de mercadoria de microempresa optante pelo Simples Nacional, a pessoa jurídica X terá direito a crédito correspondente ao ICMS incidente nas referidas aquisições, desde que a pessoa jurídica X

- (A) não seja optante do Simples Nacional e que as mercadorias sejam destinadas à comercialização ou industrialização e observado, como limite, o ICMS efetivamente devido pela microempresa em relação a essas aquisições.
- (B) não seja optante do Simples Nacional e a microempresa esteja sujeita à tributação do ICMS no Simples Nacional por valores fixos mensais.
- (C) seja optante do Simples Nacional e que as mercadorias sejam destinadas à comercialização ou industrialização, em operações internas, vedada a utilização em operações interestaduais.
- (D) seja optante do Simples Nacional e que apresente anualmente ao Comitê Gestor do Simples Nacional requerimento de creditamento do ICMS.
- (E) não seja optante do Simples Nacional e que a aquisição seja para composição do seu ativo fixo, não sendo fixado limite para sua utilização, em cumprimento ao princípio da não-cumulatividade.

46

Com relação ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, assinale a afirmativa correta.

- (A) O adquirente do veículo automotor é solidariamente responsável pelo pagamento do imposto dos exercícios anteriores, cabendo, contudo, o benefício de ordem.
- (B) O imposto é vinculado ao contribuinte, exigindo-se, em caso de transferência, novo pagamento do imposto.
- (C) Ocorrendo perda total do veículo por sinistro, a base de cálculo corresponderá ao valor proporcional ao número de meses do ano em que o veículo permaneceu na propriedade do contribuinte.
- (D) O veículo novo poderá ser registrado perante as repartições competentes sem a prova do pagamento do imposto, sob condição resolutive da demonstração da quitação no prazo de 30 (trinta) dias a contar do registro.
- (E) A alíquota do IPVA pode chegar até a 10% (dez por cento) para veículos automotores novos e importados.

47

O produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, incluídos os acréscimos correspondentes, será destinado

- (A) 50% (cinquenta por cento) para o Estado e 50% (cinquenta por cento) para o Município onde o veículo estiver licenciado, inscrito ou matriculado.
- (B) 55% (cinquenta e cinco por cento) para o Estado e 45% (quarenta e cinco por cento) para o Município onde o veículo estiver licenciado, inscrito ou matriculado.
- (C) 60% (sessenta por cento) para o Estado e 40% (quarenta por cento) para o Município onde o veículo estiver licenciado, inscrito ou matriculado.
- (D) 65% (sessenta e cinco por cento) para o Estado e 35% (trinta e cinco por cento) para o Município onde o veículo estiver licenciado, inscrito ou matriculado.
- (E) 40% (quarenta por cento) para o Estado e 60% (sessenta por cento) para o Município onde o veículo estiver licenciado, inscrito ou matriculado.

48

Sobre a incidência do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD) no Estado da Bahia, assinale a afirmativa correta.

- (A) O imposto incide sobre a doação de imóvel realizada para o patrimônio dos templos de qualquer culto.
- (B) O imposto não incide sobre a doação de direitos reais sobre imóveis.
- (C) O imposto incide sobre a doação de bem imóvel entre as empresas públicas estaduais.
- (D) O imposto não incide sobre doação de títulos e créditos.
- (E) É isenta do imposto a transmissão *causa mortis* de bens ou direitos cujo valor total do espólio seja de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

49

Sobre o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD), analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () É devida a penalidade de 5% (cinco por cento) sobre o valor do imposto devido quando o inventário não for requerido no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sucessão, independentemente do recolhimento do imposto no prazo.
- () A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, utilizado na base de cálculo do IPTU do Município da localidade do imóvel.
- () O contribuinte do imposto, nas doações a qualquer título, é o donatário, sendo o doador solidariamente responsável pelo pagamento do imposto.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – F.

50

Sobre a arrecadação e a fiscalização dos tributos estaduais, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () É de competência dos Agentes de Tributos Estaduais a constituição de créditos tributários decorrentes da fiscalização de mercadorias em trânsito e nos estabelecimentos de empresas optantes pelo Simples Nacional.
- () Os livros fiscais e contábeis são de exibição obrigatória aos agentes do fisco estadual, podendo, em caso de embaraço à fiscalização, o agente embaraçado solicitar a colaboração da Polícia Civil ou Militar.
- () Fica a Fazenda Pública Estadual dispensada do lançamento e da inscrição em Dívida Ativa de créditos tributários cujo valor seja inferior a 1 (um) salário-mínimo nacional.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – V.
- (D) V – F – F.
- (E) V – V – F.

51

Em relação ao processo administrativo fiscal, assinale a afirmativa correta.

- (A) No caso de lançamento por homologação, na falta de recolhimento no vencimento e decorridos 30 (trinta) dias da entrega da declaração, o crédito tributário poderá ser inscrito diretamente na Dívida Ativa, sendo dispensada a emissão de notificação fiscal para sua exigência.
- (B) A fiscalização tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência da lavratura do auto de infração pelo contribuinte, para juntar os demonstrativos e levantamentos realizados pelo fiscal ao processo administrativo.
- (C) Qualquer incorreção ou omissão do auto de infração é causa de nulidade, devendo o agente do fisco estadual ser responsabilizado pelo erro na lavratura.
- (D) No caso de fatos públicos e notórios, na lavratura do auto de infração, fica dispensada a descrição dos fatos considerados infrações de obrigações principais e acessórias.
- (E) É vedado o uso de meio eletrônico de comunicação de atos e na transmissão de peças processuais.

52

Sobre o processo de consulta junto ao Conselho de Fazenda Estadual (CONSEF), assinale a afirmativa correta.

- (A) É assegurado ao contribuinte formular consulta sobre interpretação da legislação tributária após o início de procedimento fiscal.
- (B) Poderá ser instaurado procedimento fiscal contra o consulente, a respeito da matéria consultada, no dia seguinte da ciência da decisão final da consulta.
- (C) A consulta suspende o prazo para recolhimento de tributo retido na fonte ou auto lançado, antes e depois de sua apresentação.
- (D) O tributo considerado devido pela solução dada à consulta será cobrado com atualização monetária, mas sem imposição de multa, se recolhido no prazo de 20 (vinte) dias da data de ciência da decisão final.
- (E) A reforma de orientação adotada em solução de consulta anterior não alcança o consulente, prevalecendo a consulta por ele realizada.

53

A sociedade empresária XYZ, inscrita no cadastro de contribuintes da Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia, foi intimada da lavratura de um auto de infração na última quinta-feira, visando à cobrança de ICMS e multa. Por discordar da cobrança, a sociedade empresária resolveu impugnar o auto de infração.

Sobre a impugnação ao auto de infração no caso descrito, a sociedade empresária terá o prazo de

- (A) 30 (trinta) dias, contados da data de intimação, para protocolizar a impugnação junto à repartição fiscal do local da ocorrência do procedimento fiscal.
- (B) 60 (sessenta) dias, contados da data de intimação, para protocolizar a impugnação junto à repartição do seu domicílio fiscal.
- (C) 30 (trinta) dias, contados da data de intimação, para protocolizar a impugnação junto à repartição do seu domicílio fiscal.
- (D) 60 (sessenta) dias, contados da data de intimação, para protocolizar a impugnação junto à repartição fiscal do local da ocorrência do procedimento fiscal.
- (E) 60 (sessenta) dias, contados da data de intimação, para protocolizar a impugnação junto à repartição fiscal do local da ocorrência do procedimento fiscal.

54

A pessoa jurídica X transporta mercadoria, dentro do Estado da Bahia, com destino à pessoa jurídica Y. Em fiscalização de rotina, a fiscalização estadual verificou que a mercadoria transportada por X está em situação irregular.

Sobre a situação descrita, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A pessoa jurídica Y, regularmente inscrita, poderá obter imediatamente a liberação da mercadoria, mediante assinatura de termo.
- () Não sendo solicitada a liberação e não havendo pagamento ou impugnação do débito, as mercadorias serão doadas, incorporadas ao patrimônio do Estado ou levadas a leilão.
- () O devedor não ficará desobrigado do pagamento do crédito tributário se as mercadorias apreendidas que constituam prova material da respectiva infração à legislação fiscal forem consideradas abandonadas.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) F – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) F – V – V.
- (D) V – V – F.
- (E) V – F – V.

55

Relacione as alíquotas do ICMS às suas respectivas incidências.

- () operações com bebida alcoólica.
 - () operações interestaduais de transporte aéreo de carga, quando tomadas por contribuinte.
 - () operações de importação de vestuário do exterior.
 - () operações com cigarro.
1. Alíquota de 18%
 2. Alíquota de 4%
 3. Alíquota de 28%
 4. Alíquota de 25%

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 4 – 1 – 2 – 3.
- (B) 2 – 1 – 3 – 4.
- (C) 3 – 4 – 2 – 1.
- (D) 1 – 3 – 2 – 4.
- (E) 4 – 2 – 1 – 3.

56

O ICMS é um imposto não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas operações anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.

Nesse sentido, conforme determina a Lei nº 7.014/1996 do Estado da Bahia, dão direito ao crédito de ICMS

- (A) as entradas de mercadorias resultantes de operações isentas, quando a operação subsequente de saída for tributada.
- (B) a utilização de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios, resultante de prestações de serviços alheios às atividades do estabelecimento.
- (C) as entradas de mercadorias para integração em processo de industrialização, quando a operação subsequente, de saída do produto resultante, não for tributada, em se tratando de saída interna.
- (D) relativo à prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios, quando a prestação subsequente estiver isenta do imposto e for destinada ao exterior.
- (E) as entradas de mercadorias para comercialização, quando a operação de saída subsequente for não tributada, em se tratando de saída interestadual.

57

Com relação à base de cálculo do ICMS, analise as afirmativas a seguir.

- I. Quando o contribuinte não apresentar os documentos fiscais e contábeis relativos às atividades da empresa, alegando sinistro dos mesmos, a autoridade lançadora poderá arbitrar a base de cálculo do ICMS se não for possível a apuração do valor real.
- II. Integra a base de cálculo do ICMS o montante do IPI, quando a operação realizada entre contribuintes, relativa a produto destinado à industrialização, configurar fato gerador de ambos os impostos.
- III. Nas operações de importação, para fins de cálculo do valor devido, o preço expresso em moeda estrangeira será convertido em moeda nacional pela taxa de câmbio utilizada no cálculo do Imposto sobre Importação, sem qualquer acréscimo ou devolução, mesmo se houver variação cambial até a realização do pagamento.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, apenas.

58

Considere que a fiscalização do Estado da Bahia lavrou um auto de infração em face de João, visando à cobrança de tributo e multa. Por discordar da cobrança, João ofereceu impugnação ao auto de infração que foi julgada procedente, extinguindo-se o crédito fiscal em decisão de primeira instância em processo administrativo fiscal.

Com relação à hipótese descrita, assinale a opção que apresenta o órgão do Conselho de Fazenda Estadual (CONSEF) competente para o julgamento, em segunda instância, do recurso de ofício da decisão.

- (A) Junta de Julgamento Fiscal.
- (B) Câmara de Julgamento Fiscal.
- (C) Câmara Superior.
- (D) Secretário de Fazenda.
- (E) Presidente da Junta de Julgamento Fiscal.

59

O Conselho de Fazenda Estadual (CONSEF) pode sumular suas decisões reiteradas.

Sobre as súmulas do CONSEF, assinale a afirmativa correta.

- (A) A condensação da jurisprudência predominante do CONSEF em Súmula será de iniciativa exclusiva do Presidente da Câmara Superior.
- (B) A modificação ou revogação da Súmula depende do voto de 2/3 dos Conselheiros da Câmara Superior.
- (C) A aprovação da Súmula depende do voto da maioria absoluta dos Conselheiros da Câmara Superior.
- (D) A proposta de Súmula deve indicar, no mínimo, 10 (dez) decisões proferidas pelas Câmaras de Julgamento ou pela Câmara Superior.
- (E) Em face da Súmula aprovada caberá recurso extraordinário dirigido ao presidente da Câmara Superior, nos casos de discordância dos precedentes indicados para aprovação da Súmula.

60

Sobre a estrutura e composição do Conselho de Fazenda Estadual (CONSEF), assinale a afirmativa correta.

- (A) O CONSEF é um órgão formado por representantes da fazenda pública estadual, entidades de classes de contribuintes e por um representante do Poder Judiciário.
- (B) Cada Junta de Julgamento Fiscal será composta por 5 (cinco) Auditores Fiscais, a serem designados por ato do Presidente da Câmara Superior.
- (C) O CONSEF é composto de 6 (seis) Juntas de Julgamento Fiscal; 2 (duas) Câmaras de Julgamento Fiscal; a Câmara Superior; e a Secretaria.
- (D) Serão critérios para a nomeação dos representantes dos contribuintes a graduação preferencialmente em Direito, bom conhecimento da legislação tributária e a inexistência de débitos fiscais, junto ao Estado da Bahia.
- (E) O CONSEF não integra a estrutura administrativa da Secretaria da Fazenda.

Conhecimentos Específicos

Informática Básica

61

Considere a seguinte tabela em um banco de dados relacional.

employees
* employee_id
first_name
last_name
email
phone_number
hire_date
job_id
salary
manager_id
department_id

Assinale a opção que indica o comando SQL utilizado para localizar todos os nomes completos dos *employees*, cujos primeiros nomes começam com as letras Ma.

- (A) SELECT
 first_name;
 last_name;
FROM
 employees;
- (B) SELECT *
FROM
 employees
WHERE
 first_name = 'Ma';
- (C) SELECT *
FROM
 employees
WHERE
 first_name = 'Ma*';
- (D) SELECT
 employee_id,
 first_name,
 last_name
FROM
 employees
WHERE
 first_name LIKE 'Ma%';
- (E) SELECT
 employee_id,
 first_name,
 last_name
FROM
 employees
WHERE
 first_name IN 'Ma_';

62

Os métodos criptográficos, de acordo com a chave utilizada, podem ser classificados em duas categorias: criptografia de chave simétrica e criptografia de chaves assimétricas.

Assinale a opção que indica um exemplo de método criptográfico da categoria que utiliza chaves assimétricas.

- (A) *Blowfish*.
(B) RSA.
(C) 3DES.
(D) IDEA.
(E) AES.

63

Os *notebooks*, *desktops* e servidores utilizam diversos tipos de memória que possuem diferentes características técnicas, usos, velocidades e capacidades de armazenamento próprias.

Assinale a opção que indica a hierarquia que apresenta as memórias, em termos de crescimento de capacidade de armazenamento.

- (A) Memória secundária – memória principal – memória *cache* e registradores.
(B) Memória principal – memória secundária – memória *cache* e registradores.
(C) Memória *cache* – memória principal – memória secundária e registradores.
(D) Memória *cache* – memória secundária – memória principal e registradores.
(E) Registradores – memória *cache* – memória principal e memória secundária.

64

O PDF é um padrão aberto mantido pela *International Organization of Standardization* (ISO).

Os padrões PDF que se aplicam à troca de conteúdo gráfico e ao arquivamento de longo prazo de documentos eletrônicos, denominam-se

- (A) PDF/X e PDF/E.
(B) PDF/X e PDF/A.
(C) PDF/G e PDF/F.
(D) PDF/G e PDF/E.
(E) PDF/M e PDF/D.

65

Com relação aos processos de Gerenciamento das Comunicações de um Projeto apresentados no Guia PMBOK, 6ª edição, analise as afirmativas a seguir.

- I. *Controlar as Comunicações* – processo que desenvolve uma abordagem adequada para controlar as atividades de comunicação do projeto com base nas necessidades de segurança das partes interessadas, nos ativos organizacionais e sigilos do projeto.
- II. *Gerenciar as Comunicações* – processo que assegura a coleta, criação, distribuição, armazenamento, recuperação, gerenciamento, monitoramento e disposição final das informações do projeto, de forma oportuna e adequada.
- III. *Monitorar as comunicações* – processo que garante que as necessidades de informação do projeto e de suas partes interessadas sejam atendidas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

Raciocínio Lógico-Matemático

66

Sabe-se que a sentença

“Se João não é vascaíno, então Júlia é tricolor ou Marcela não é botafoguense.”

é **falsa**.

É correto concluir que

- (A) João é vascaíno e Júlia não é tricolor.
- (B) Se Marcela é botafoguense, então Júlia é tricolor.
- (C) João é vascaíno ou Marcela não é botafoguense.
- (D) Se Júlia não é tricolor, então Marcela é botafoguense.
- (E) João não é vascaíno, Júlia não é tricolor e Marcela não é botafoguense.

67

Luana e Vanessa estão brincando de “par ou ímpar” da seguinte maneira: elas escondem as mãos, uma delas escolhe “par” e a outra escolhe “ímpar” e, depois, ao mesmo tempo, cada uma delas mostra uma de suas mãos com 1, 2, 3, 4 ou 5 dedos estendidos.

Se o total de dedos estendidos das duas for “par” ganha a que escolheu “par”. Caso contrário, ganha a que escolheu “ímpar”.

Luana escolheu “par” e Vanessa escolheu “ímpar”.

É correto afirmar que

- (A) as duas têm a mesma probabilidade de ganhar.
- (B) a probabilidade de Luana ganhar é maior do que a de Vanessa.
- (C) a probabilidade de Vanessa ganhar é maior do que a de Luana.
- (D) a probabilidade de Luana ganhar é $\frac{2}{5}$.
- (E) a probabilidade de Vanessa ganhar é $\frac{2}{5}$.

68

Três grandezas L, M e N são tais que L é diretamente proporcional a M, e M é inversamente proporcional a N.

Quando M = 4 e N = 18, tem-se L = 60.

Quando L = 45, o valor de M + N é

- (A) 25.
- (B) 26.
- (C) 27.
- (D) 28.
- (E) 29.

69

As amigas Ana, Bia e Carol, têm idades diferentes. Uma delas é médica, outra é enfermeira e a outra é professora. Cada uma delas tem um animal de estimação diferente: gato, cachorro e peixe de aquário.

Sabe-se que:

- A mais nova é a professora.
- Ana adora seu cachorro.
- A enfermeira é a dona do gato.
- Carol não é a médica.
- Bia é a mais velha.
- A médica não é a mais velha.

É correto concluir que

- (A) Ana é a enfermeira.
- (B) Bia é a dona do peixe.
- (C) Carol é a mais velha.
- (D) Ana é a mais nova.
- (E) Bia é a dona do gato.

70

Em um grupo de profissionais da saúde, para cada homem há duas mulheres e o número de profissionais de enfermagem é igual ao número de profissionais de medicina. Os profissionais citados são os únicos do grupo.

Sabe-se que há 20 profissionais de medicina mulheres e 8 profissionais de enfermagem homens.

O número de profissionais de enfermagem mulheres é

- (A) 30.
- (B) 29.
- (C) 28.
- (D) 27.
- (E) 26.

Questão Discursiva

Considere que foram realizadas operações interestaduais que destinaram mercadorias a consumidor final localizado no Estado da Bahia. A sociedade empresária X, destinatária final da referida operação, é contribuinte do ICMS e optante do Simples Nacional.

O Estado da Bahia realizou a cobrança de diferencial da alíquota do ICMS, por meio de lavratura de auto de infração. Por discordar da cobrança, a sociedade empresária X ofereceu impugnação ao auto de infração à Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual - CONSEF. A Junta manteve o auto de infração, nos termos da decisão do Supremo Tribunal Federal - STF, que analisou a constitucionalidade da cobrança do diferencial de alíquota nas operações como as realizadas pela sociedade empresária X.

Diante de tal quadro, responda aos itens a seguir.

- 1. Em que consiste o diferencial de alíquota do ICMS?**
- 2. Apresente a decisão do STF sobre o tema e indique os argumentos que a embasaram.**
- 3. Caso a sociedade empresária X decida recorrer administrativamente da decisão de primeira instância, indique o recurso cabível, o prazo e o órgão competente para julgar tal recurso.**

Obs.: o candidato deverá considerar a legislação tributária do Estado da Bahia, a legislação tributária geral e a jurisprudência sobre o tema.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

Realização

